

ISSN 0101 - 3335

# LETRAS DE HOJE

Nº 107

MARÇO DE 1997

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
Curso de Pós-Graduação em Linguística e Letras  
Centro de Estudos da Língua Portuguesa



# LETRAS DE HOJE

REVISTA TRIMESTRAL

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA  
E LETRAS - PUCRS

CENTRO DE ESTUDOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

## Chanceler

Dom Altamiro Rossato

## Reitor

Professor Irmão Norberto Francisco Rauch

## Vice-Reitor

Professor Irmão Joaquim Clotet

## Pró-Reitor de Administração

Professor Antonio Mario Pascual Bianchi

## Pró-Reitor de Graduação

Professor Francisco Alfredo Garcia Jardim

## Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Professor Monsenhor Urbano Zilles

## Pró-Reitor de Extensão Universitária

Professor Gilberto Mucilo de Medeiros

## Pró-Reitora de Assuntos Comunitários

Professora Laury Garcia Job

## Diretor da Revista

Prof. Ir. Elvo Clemente

## Conselho editorial

### para assuntos lingüísticos

Prof. Dr. Augustinho Staub, Prof. Dr. José

Marcelino Poersch, Profª Dra. Leonor Scliar

Cabral, Profª Dra. Leci Borges Barbisan, Profª

Dra. Feryal Yavas e Prof. Dr. Mehmet Yavas.

### Para assuntos interdisciplinares:

Prof. Dr. Ignácio Antonio Neis e Prof. Dr. Mons.

Urbano Zilles.

### Para assuntos literários:

Prof. Dr. Gilberto Mendonça Teles, Profª Dra.

Heda Maciel Caminha, Profª Dra. Patrona

Domínguez de Rodrigues Pasquês e Profª

Dra. Regina Zilberman.

Pedidos de assinaturas e permutas devem ser encaminhados para EDIPUCRS.

## Assinatura anual:

Brasil ..... R\$ 22,00

Exterior ..... US\$20

Número avulso ..... R\$ 6,00

## Formas de pagamento:

Cheque ou vale postal em nome da  
Revista para EDIPUCRS  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33  
Caixa Postal 1429  
90619-900 - Porto Alegre - RS

Os artigos para publicação devem ser encaminhados para:

Revista Letras de Hoje  
Pós-Graduação em Lingüística e  
Letras - PUCRS  
A/c Prof. Elvo Clemente  
Caixa Postal 1429  
90619-900 - Porto Alegre - RS

A Revista aceita permutas  
On demande l'échange  
We ask exchange

Os originais enviados à Revista não serão devolvidos, mesmo que não sejam utilizados.

## Composição:

SULIANI

## Impressão:

EPECÉ

L 649 LETRAS DE HOJE/ Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Letras, PUCRS, n.1 (out. 1967)-, - Porto Alegre: EDIPUCRS, 1967 -  
v.; 22cm  
Trimestral  
ISSN 0101-3335  
1. Lingüística - Periódicos. 2. Literatura - Periódicos.  
I. PUCRS. Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Letras.

CDD 405  
805  
CDU 8(05)

Índice para Catálogo Sistemático  
Lingüística: Periódicos 80(05)  
Literatura: Periódicos 82/89 (05)  
Periódicos: Lingüística (05)80  
Periódicos: Literatura (05) 82/89

Letras de Hoje  
estudos e debates  
de assuntos de  
lingüística, literatura  
e língua portuguesa

## Estudos do Discurso

30º Ano de fundação  
1967-1997

PUCRS

## SUMÁRIO

Apresentação	5
<i>Leci Borges Barbisan, Marlene Teixeira, Valdir Flores, Vera Lúcia Pires</i>	
La pragmatique et l'étude sémantique de la langue	9
<i>Oswald Ducrot</i>	
L'argumentation dans le discours: argumenter n'est pas justifier	23
<i>Marion Carel</i>	
Elementos de Análise do Discurso para uma epistemologia da Lingüística	41
<i>Valdir Flores</i>	
O "sujeito" é o "outro"? Uma reflexão sobre o apelo de Pêcheux à psicanálise	61
<i>Marlene Teixeira</i>	
Sujeito do inconsciente e interdiscursividade: observações sobre a interseção dos conceitos	89
<i>Yeda Swirski de Souza</i>	
Relações de gênero: efeitos de sentido no discurso da imprensa	103
<i>Vera Lúcia Pires</i>	
"O célebre fio partiu-se"; Foucault, a psicanálise e a história das mulheres	125
<i>Ana Maria Colling</i>	
Indo ou vindo	159
<i>Marcello de Oliveira Pereira</i>	
O movimento dos sentidos no silêncio	187
<i>Rejane Flor Machado</i>	

## APRESENTAÇÃO

Geralmente o que se espera da apresentação de uma obra coletiva, seja ela temática ou não, é o resgate da unidade que justifica a coexistência dos textos que nela se sucedem. Ao contrário disso, reivindicamos o direito de insistir na diversidade que o leitor deverá encontrar ao experienciar a leitura deste número da *Letras de Hoje*.

O espaço da diversidade não pode mais ser visto como uma concessão; admitir o diverso é antes a própria condição para refletir sobre os fenômenos que singularizam as manifestações humanas, estudadas nas diferentes áreas do conhecimento. Este número da revista é, pois, um esforço para recuperar a dimensão essencialmente interativa entre as disciplinas que tratam do homem de um ponto de vista crítico, possibilitando, assim, a reconstrução de um diálogo permanente que garanta o avanço da discussão ética e epistemológica do pensamento humano sobre si mesmo.

Se, no entanto, fosse ainda necessário o estabelecimento de um fio condutor para a presente reunião de artigos, talvez a palavra *discurso*, apesar do aparente esvaziamento semântico que muitos lhe atribuem, devesse ser lembrada para encerrar na unidade léxica a diversidade do pensamento moderno que aqui será apresentado. O leitor deverá, então, saber que todos os textos tratam do *discurso* e fazem isso de pontos de vista diferentes e a partir de vertentes teóricas e metodológicas não menos distintas.

A *Letras de Hoje* que estamos publicando fala do lugar da diferença, essencial à Universidade, para a compreensão do sentido das mudanças de tratamento da relação do homem com a produção de conhecimentos. Esse diálogo, que decorre de uma integração teórica, tem sua história na PUCRS, devido à disponibilidade de pessoas, oriundas da Linguística, Psicanálise, História e Comunicação Social para se reunirem em torno de propósitos comuns quando da disciplina de Análise do Discurso II, ministrada pela Dra. Leci Barbisan, durante o 1º semestre de 1996 no Curso de Doutorado em Linguística Aplicada. Desse convívio depende a prática de interpretação das singularidades aqui manifestas e o caráter de "união da diversidade" próprio à Universidade que tentamos fazer.



À guisa de introdução, parece suficiente o que foi dito, porém algo ainda cabe ser lembrado em torno do termo *discurso*. Legar-lhe o lugar do inexorável ou do simples relativismo constitui-se em dois movimentos que se cruzam dada a pertinência do conceito, percebido como uma constante para quem dele se ocupa ou para quem dele quer prescindir. É isso que justifica as releituras aqui impressas e das quais passaremos a falar.

Os artigos apresentados relacionam-se de diferentes modos com a pluralidade de áreas em que se inscrevem seus autores. Assim, numa perspectiva que discute os fundamentos da Análise do Discurso (AD), situa-se o artigo *Elementos de Análise do Discurso para uma epistemologia da Lingüística*, de Valdir Flores. O autor procura estabelecer uma relação entre a AD francesa, na linha de Michel Pêcheux, e a Lingüística estrutural a partir de Saussure, derivando daí reflexões sobre o objeto da Lingüística. Nessa mesma perspectiva está o estudo de Marlene Teixeira, que se pergunta se *O Sujeito é o Outro?*, e discute o atravessamento da AD por uma teoria psicanalítica da subjetividade, visando a refletir sobre as conseqüências para a teoria do discurso do apelo que faz a conceitos das teorias de Freud e Lacan. Também imerso na área das relações entre a Análise do Discurso de linha francesa e a Psicanálise, encontra-se o trabalho de Yeda Swirski de Souza, que, desde o lugar da Psicanálise, coloca em evidência a intersecção de dois conceitos centrais nessas disciplinas: sujeito do inconsciente e interdiscursividade, esboçando uma análise crítica quanto à apropriação que a AD faz da teoria psicanalítica do sujeito.

O artigo de Vera Lúcia Pires trata dos efeitos de sentido em discursos sobre a mulher, em anúncios publicitários e notícias publicados pela imprensa local, nos quais a questão do gênero, organizada ideologicamente, é tratada na perspectiva da AD. O discurso sobre a mulher também é estudado por Ana Maria Colling em "*O célebre fio partiu-se*"; Foucault, a Psicanálise e a história das mulheres. Colocando-se na perspectiva de historiadora, a autora procura mostrar como o discurso sobre a mulher passa de uma concepção única e universal para a história das multiplicidades e para a questão das diferenças, tal como é vista por Michel Foucault. Analisa também a importância, para o estudo desse discurso, da subjetivação pelo inconsciente, na abordagem psicanalítica.

Marcello de Oliveira Pereira, com *Indo ou Vindo*, serve-se da metodologia e dos conceitos de Jacqueline Authier-Revuz (1991) sobre o estudo da heterogeneidade no discurso, para, num diálogo com a Psicanálise, reler a carta de Pêro Vaz de Caminha sobre o descobrimento do Brasil.

Finalmente Rejane Flor Machado estuda a questão do silêncio, como é abordado pela Análise do Discurso.

Fazemos menção especial aos dois artigos que iniciam esta revista cujos autores, Oswald Ducrot e Marion Carell, tivemos a oportunidade de contatar por ocasião do Seminário ministrado pelo professor Ducrot na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em outubro de 1996. Esse encontro possibilitou-nos o acesso aos textos que aqui reproduzimos.

O artigo *La pragmatique et l'étude sémantique de la langue*, de O. Ducrot – publicado originalmente na obra de J. Revel et N. Wachtel, *Une École pour les Sciences Sociales*, Paris, Éditions de l'EHESS, 1996, p. 339-351 – apresenta a concepção geral do autor a respeito da pragmática, relacionada à distinção semântica/pragmática.

Marion Carell – em *L'argumentation dans le discours: argumenter n'est pas justifier*, publicado na revista *Langage et Société* nº 70, dezembro de 1994 – faz a síntese de suas principais propostas em semântica argumentativa. Registramos nossos agradecimentos aos dois professores franceses.

Finalmente, destacamos que a multidisciplinaridade é fundamental para os estudos em Análise do Discurso na cena atual, pois o discurso, abordado primeiramente como objeto lingüístico, deve integrar a seu campo outras áreas compatíveis, permitindo que seja também analisado sob um prisma cultural.

Questionamos o enraizamento da AD a seus fundamentos, visto que os conhecimentos teóricos que o sustentaram sofreram as transformações da modernidade. Por este motivo, a AD atinge públicos tão distintos como aquele que aceitou o desafio de produzir os textos desta revista.

Gostaríamos ainda de agradecer à editora da PUCRS, na pessoa do Ir. Elvo Clemente, pela oportunidade de publicarmos nossas reflexões.

Leci Borges Barbisan  
Marlene Teixeira  
Valdir Flores  
Vera Lúcia Pires

# La pragmatique et l'étude sémantique de la langue

OSWALD DUCROT  
EHESS – Paris

---

## Peut-on séparer sémantique et pragmatique?

Depuis une vingtaine d'années, le mot *Pragmatique* est plus qu'à la mode dans les sciences du langage. D'où une multitude de sens donnés à ce terme, et l'impossibilité pour un linguiste de l'employer sérieusement sans s'autoriser au préalable de pesantes précisions terminologiques. Pour les réduire au minimum, on peut, en se limitant au domaine de la sémantique linguistique, distinguer deux types principaux d'emplois.

Le premier consiste à appeler "pragmatiques" tous les aspects sémantiques d'un discours qui ne sont pas directement prévisibles à partir de sa structure linguistique, c'est-à-dire à partir des combinaisons de mots qui le constituent, aspects qui se comprennent seulement si l'on considère la situation dans laquelle le discours est produit. Dans cette première acception, il est devenu de plus en plus évident que tout, ou presque, en ce qui concerne le sens d'un discours, est pragmatique – même si l'on s'en tient aux discours les plus simples, composés d'un seul énoncé. Pour trouver des énoncés interprétables en dehors de la situation où ils sont produits, il faudrait, et encore, les chercher parmi ceux qui ont, traditionnellement, passionné les logiciens, du type de "Les hommes sont mortels", "Un adulte non marié est un célibataire" ... etc. Dès qu'on sort de ce domaine un peu morne – et qui ne constitue peut-être pas le prototype de la communication linguistique –, on s'aperçoit que le sens d'une parole se construit toujours en prenant en compte le contexte où elle apparaît. A peu près toutes les recherches faites, ces dernières années, sur l'aspect



sémantique du langage se sont attachées à montrer ce fait: quel que soit l'aspect du sens auquel on s'intéresse, il apparaît "sous-déterminé", selon une expression de Dan Sperber, par le matériel verbal utilisé.

C'est le cas, bien évidemment, s'il s'agit de la référence. Supposons que l'on veuille savoir de quelle voiture il est question quand quelqu'un dit "La voiture est dans la rue", il faut pour cela connaître le thème de la conversation. Lui seul permet de déterminer quel est l'univers de discours auquel le locuteur a fait allusion, univers dans lequel on peut spécifier un et un seul objet particulier en l'appelant "la voiture", et, dans certains emplois au moins de cette phrase, une et une seule voie de circulation en l'appelant "la rue".

La même constatation a été souvent faite en ce qui concerne les actes accomplis par la parole. Prenons un énoncé comme "Vous irez à Paris demain". Le comprendre, c'est, entre autres choses, décider s'il vise à communiquer une promesse, à donner un ordre, une autorisation...etc. Il est clair d'ailleurs que les réponses qu'on peut lui faire différeront selon ces cas: on ne répondra pas "C'est vrai" si on prétend l'avoir interprété comme un ordre, ni "Comme vous voulez", si on lui attribue la valeur d'une information. Or il est clair que seule la situation permet de spécifier l'acte que le locuteur avait voulu accomplir. Ainsi, là encore, un élément essentiel du sens, le mode énonciatif, n'est que très partiellement déterminé par l'instrument linguistique utilisé.

Un dernier exemple. Est-il possible, hors contexte, de trouver une signification pour la conjonction *mais* dans un enchaînement comme "Pierre est venu mais il y avait Paul?" Tout ce que dit la conjonction, c'est que les présences de Pierre et de Paul devraient orienter vers des conclusions opposées. Mais comprendre l'énoncé, c'est imaginer une conclusion précise que l'on pourrait tirer de l'une des présences, et qu'il faut abandonner à cause de l'autre. S'agit-il de la satisfaction du locuteur, ou de son ennui, ou d'une possibilité que lui aurait donnée la venue de Pierre, mais qui a été gâchée par celle de Paul? Et il y a mille autres possibilités. Si l'on n'est pas capable de spécifier l'une d'elles, on n'a pas compris le *mais*, qui reste aussi hermétique qu'un signal donné dans un code dont on n'a pas la clef. Mais la clef, il faut la chercher dans le contexte, dans ce que l'on sait sur Pierre et Paul, et sur les rapports que le locuteur ou d'autres personnes peuvent avoir avec eux.

Si l'on donne au mot "pragmatique" le sens envisagé jusqu'ici, les trois exemples de l'article défini, de l'acte de langage et de la conjonction oppositive montrent qu'une part fondamentale du

sens échappe à l'analyse et à la description des structures linguistiques, et implique une recherche pragmatique. Le mot *fondamental*, on le notera, n'a pas été employé ici d'une façon purement rhétorique, comme une de ces hyperboles utilisées par les chercheurs pour faire la promotion de leurs recherches. Il veut marquer que ces aspects sémantiques échappant à une étude des structures linguistiques ne sont pas des effets de sens lointains, ou des nuances subtiles qui s'ajouteraient à une compréhension "linguistique" en elle-même déjà révélatrice, et satisfaisante au moins à un premier niveau d'interprétation. Ce qui est construit à l'aide du contexte relève au contraire du noyau même de ce qui est dit à travers la parole. Il ne s'agit pas de suppléments, mais de ce à quoi on peut ajouter ensuite, éventuellement, des suppléments.

Cette nécessité de recourir à la situation pour attribuer un sens à un énoncé, même en ce qui constitue la partie centrale du sens, qu'on appelle quelquefois "littérale", n'implique pas cependant que la structure proprement linguistique des énoncés soit sémantiquement négligeable. Certes elle ne fournit pas à elle seule un fragment, même minimal, du sens, mais c'est elle qui indique ce qu'il faut aller chercher dans le contexte, et comment le chercher, lorsque l'on veut interpréter un énoncé. On le voit par exemple en substituant, dans la première phrase dont il a été question ici, un article indéfini au défini. Pour comprendre "Il y a une voiture dans la rue", il faut, comme dans le cas de l'article défini, déterminer l'ensemble de voitures dont un échantillon, selon le locuteur, se trouve dans la rue (est-ce l'ensemble des voitures de la famille, ou de l'entreprise, ou bien s'agit-il de l'ensemble des voitures en général, quelles qu'elles soient?). Il faut, là aussi, faire une recherche "pragmatique". Mais l'article indéfini *un* donne, pour cette recherche, des instructions spéciales que ne donne pas le défini. Ainsi il implique que l'ensemble dont on parle contienne plus d'une voiture: si donc on sait que la famille en possède une seule, on doit chercher, pour spécifier cet ensemble, un autre critère que l'appartenance à la famille. Là où le défini exigeait de découvrir dans le contexte un ensemble de référence contenant un seul objet, l'indéfini exige que cet ensemble en contienne au moins deux. Certes le sens ne se construit que par emprunt au contexte, mais cette construction "pragmatique" du sens est dirigée par la valeur proprement linguistique des mots que l'on a à interpréter.

La première signification qui vient d'être envisagée pour l'adjectif *pragmatique* le rend à peu près synonyme de *contextuel*.



Mais il est fréquent de lui donner une autre acception – tout aussi importante. On peut appeler “pragmatique”, dans le sens d’un énoncé, ce qui concerne l’acte d’énonciation accompli par le locuteur, tous les renseignements que donne l’énoncé sur l’attitude de celui qui parle au moment où il parle, et sur les rapports que sa parole prétend établir ou constater entre lui et ses interlocuteurs. Ainsi on peut appeler “pragmatique” la différence entre un énoncé déclaratif et un énoncé exclamatif, entre *Il fait chaud au Caire* et *Ce qu’il fait chaud au Caire!*. L’un et l’autre prétendent apporter une information et, de ce point de vue, ne diffèrent guère: il serait bien difficile de soutenir, par exemple, que la chaleur est plus élevée dans un cas que dans l’autre. Pour décrire leur différence, il faut donc quitter le terrain de l’informativité. Une solution possible – à vrai dire on n’en voit guère d’autre – consiste à supposer que l’énoncé exclamatif présente sa propre énonciation comme l’effet d’une expérience personnelle du locuteur, ou, plus généralement, comme une sorte de réaction déclenchée, chez le locuteur, par la pensée qu’il est en train d’avoir. Ou bien il est au Caire, et fait comme si la chaleur ambiante lui arrachait ce cri, ou bien il rappelle une expérience passée, ou encore il imagine, en lisant un bulletin de météo, ce que doit être la vie là-bas. La forme syntaxique exclamative sert ainsi à caractériser l’énonciation, en la donnant – sincèrement, malhonnêtement, ou par jeu, cela importe peu – comme provoquée par la situation psychologique où elle prend place: on a l’air de ne pas pouvoir faire autrement, au moment où l’on parle, que de dire ce que l’on dit. Par contrecoup, mais par contrecoup seulement, l’expression exclamative peut avoir une valeur informative spécifique, et, la plupart du temps, dénoter un haut degré: une chaleur qui rend impossible de ne pas parler d’elle doit avoir un caractère quelque peu excessif. En décrivant sa propre énonciation, on en vient ainsi à décrire les choses censées être responsables de cette énonciation: on les qualifie par l’effet qu’on leur attribue sur le discours.

Un dernier exemple pour illustrer encore le deuxième sens du mot “pragmatique”, sens qui, à la différence du premier, ne concerne pas ce que les circonstances de l’énonciation ajoutent à la structure linguistique, mais la façon dont l’énoncé représente son énonciation. Depuis une vingtaine d’années, beaucoup de linguistes considèrent comme une tâche importante et difficile de décrire les expressions qui, sans apporter par elles-mêmes d’informations sur les choses, servent à articuler entre eux différents segments de discours, c’est-à-dire des mots comme *donc*, *mais*, *même*, etc. (jusqu’à ces derniers temps, dans la linguistique

occidentale au moins, ces mots semblaient poser si peu de problèmes qu’on oubliait de s’y intéresser). Parmi ces “connecteurs”, l’expression *après tout* est particulièrement rebelle à la description, car on n’arrive à la faire entrer dans aucun des cadres habituels. Elle semble introduire aussi bien un argument (“Il t’aidera: après tout, c’est ton ami”), une conclusion (“Après tout il peut bien t’aider: c’est ton ami”), une opposition (“Il est peu égoïste, mais après tout il t’a beaucoup aidé”). Aussi est-il apparu nécessaire de dire que *après tout* même lorsqu’il est géographiquement situé entre deux segments de discours, ne sert pas à *marquer* la relation sémantique existant entre eux: de fait on peut, dans les exemples précédents, le supprimer sans que les enchaînements soient moins clairs. Ce que fait plutôt *après tout*, du point de vue du sens, c’est relier l’énonciation même du segment qui le contient à une certaine raison, souvent implicite, de ne pas faire cette énonciation – qui apparaît ainsi comme surmontant un obstacle qui pourrait la disqualifier. Ainsi, en disant “Il t’aidera: après tout c’est ton ami”, on indique soit qu’on pourrait hésiter à appeler “ami” la personne en question, soit qu’on a quelque réticence à utiliser, pour la conclusion choisie, un argument de cette sorte. D’autres éventualités sont d’ailleurs possibles, mais, dans tous les cas, c’est de l’énonciation qu’il s’agit: on fait comme si elle décidait de négliger, toutes réflexions faites, certains scrupules (qu’on se garde bien, souvent, de préciser). En acceptant de décrire la langue avec des concepts de ce genre, peu compatibles avec le type de scientificité revendiqué par les linguistes post-saussuriens, on introduit l’idée que la parole a, parmi ses fonctions, de se mettre en scène elle-même, de produire, au moment où elle s’accomplit, une représentation de son propre accomplissement. Ce qui illustre bien la seconde acception donnée tout à l’heure au mot “pragmatique”: une expression est pragmatique dans la mesure où elle sert à commenter ce qui se fait dans la parole – qui promène ainsi avec elle, comme les armées en bataille, ses propres historiographes.

Comprise en ce deuxième sens, la pragmatique est aussi peu séparable de la linguistique que lorsqu’on lui donne la première acception dont il a été question. Dans cette première acception, le pragmatique, c’est ce que les circonstances de l’énonciation “ajoutent” à la signification stricte des mots, mais il est apparu que cet “ajout” est inscrit en filigrane dans la structure linguistique elle-même: cette structure apporte à la fois l’instruction générale selon laquelle une recherche contextuelle est nécessaire, et d’autre part des directives précises sur la façon de mener cette recherche. La seconde forme de pragmatique montre de son côté que les mots



de la langue contiennent en eux, comme partie intégrante de leur signification, des dispositifs permettant de représenter, au fur et à mesure qu'ils sont utilisés, le discours qui les utilise. Dans les deux cas, on s'aperçoit que la distinction saussurienne entre la langue et son emploi (c'est à dire la "parole") sépare seulement deux centres d'intérêt différents. On peut s'intéresser à la diversité des effets produits (c'est le choix inhérent au projet d'analyser des discours), ou bien s'intéresser à la valeur permanente des mots à partir desquels ces effets sont produits (tel est le choix à proprement parler linguistique). Mais aucun de ces choix ne peut ignorer le phénomène de l'énonciation. L'analyste du discours décrit des énonciations *réelles*, le linguiste, cherchant à décrire des mots, découvre en eux des indications relatives à leur possible énonciation.

On est ainsi amené à mettre en doute l'analyse, apparemment incontournable, qui voudrait séparer, comme deux objets intelligibles l'un sans l'autre, le matériel linguistique utilisé lorsqu'un énoncé est produit, et le fait que ce matériel est utilisé (par exemple qu'il est pris en charge par une personne parlant dans une certaine situation). Car cette prise en charge et cette situation ne peuvent pas être considérées en elles mêmes, indépendamment des mots écrits ou prononcés. C'est au contraire à partir de ces mots que l'énonciation et son contexte doivent être caractérisés. Telle est en tout cas la conclusion qui ressort des recherches menées ces dernières années en pragmatique, si différentes soient-elles à de nombreux égards. En quoi consiste l'événement énonciatif? On ne peut le dire qu'en considérant le texte même qui a été énoncé, et qui déploie une image de sa propre énonciation. Bien sûr cette image peut être jugée fautive ou mensongère: en utilisant une forme exclamative, on peut colorer d'émotion une énonciation dont un psychologue estimerait peut-être (mais d'après quels critères?) qu'elle a été faite de sang froid, ou encore, par l'emploi d'un *après tout*, faire comme si elle surmontait des hésitations que le même psychologue jugerait imaginaires. Mais il n'empêche que le choix des mots a créé une image de la parole, et que cette image est pertinente pour la compréhension du discours. Il en est de même pour le "contexte" de l'énonciation. Lui aussi est construit par le discours: les mots employés disent ce qu'il faut chercher, et comment il faut chercher, dans l'environnement "réel" pour constituer le cadre dans lequel le discours devra être interprété, et qui ne préexiste pas à la parole "encadrée" en lui. Plus exactement, ce qui préexiste à la parole, c'est une situation sans limites et sans structures: la parole apporte avec elle les limites et les points de vue qui rendent

cette situation utilisable pour l'interprétation. Dans cette perspective, sémantique et pragmatique ne se séparent plus, même si l'idée de pragmatique, dans la première acception dont il a été question, est définie par rapport à une linguistique étroite, qui prétendrait déterminer un sens minimal indépendant de tout contexte. Dès qu'on nie l'existence de ce minimal, dès qu'on soutient que les mots indiquent avant tout comment construire leur contexte, l'étude du contexte (première forme de la pragmatique) est intégrée au sens de l'énoncé, aussi intégrée que la représentation de l'énonciation (deuxième forme de la pragmatique).

### **Pour une sémantique pragmatique indépendante de la notion de vérité**

Une fois que l'on a décidé d'intégrer la sémantique à la pragmatique, on est amené à fonder cette dernière sur un concept de signification très différent de l'image habituelle ("habituelle", en ce sens qu'elle appartient à une vision pour ainsi dire "spontanée", "naïve" des faits de langue). La notion de signification dont il faut se débarrasser (même si elle peut sembler inscrite dans le sens du mot "signification", tel qu'il est utilisé dans le langage courant), consiste à supposer que les paroles ont pour fonction première de véhiculer une description de la réalité, qu'elles ont donc, à un niveau fondamental, une valeur "informative", qu'elles sont, avant toute chose, un moyen de communiquer des renseignements. Théorisée par la réflexion logique, cette conception implique que les phrases de la langue doivent être caractérisées en termes de vérité ou de fausseté: découvrir leur structure sémantique de base, ce serait déterminer à quelles conditions elles sont vraies ou fausses. Ainsi donner une représentation sémantique de la phrase "Pierre est intelligent", ce serait indiquer ce que Pierre doit être pour qu'il soit vrai de le déclarer intelligent. Une telle représentation "véritative" des phrases, si elle était possible, expliquerait en effet immédiatement (et on voit mal comment l'expliquer autrement) la valeur informative des discours dans lesquels elles sont utilisées: les utiliser, c'est informer que le monde est tel que leur emploi est véridique.

Qu'il soit impossible de se contenter, pour décrire sémantiquement les langues, d'une telle conception véritative, ou "descriptiviste", ou encore "informative", de la signification, c'est une idée que l'on trouve, sous une forme ou une autre, chez la



plupart des grammairiens et des philosophes du langage, et qui semble presque coextensive à la réflexion sur le langage. Mais leur doute n'est pas toujours radical: ils ne font souvent qu'imposer des limites à la validité de la conception véridictive, alors qu'il faudrait peut-être la refuser dès le départ. Ainsi il est traditionnel pour les grammairiens de distinguer, dans le sens des énoncés, le contenu descriptif (le *dictum*), et l'attitude du sujet parlant vis-à-vis de ce contenu, le *modus*. En disant "Peut-être que Jean est là", ou "Heureusement Jean est là", on applique deux *modus* différents (doute, satisfaction) au même contenu. Seul le *dictum* a valeur descriptive, et constitue une proposition susceptible d'être vraie ou fausse: l'attitude elle-même est en dehors de cette alternative. C'est à une répartition analogue de la signification que procèdent les actuels "philosophes du langage", en disant que tout énoncé exprime un acte de parole, et que cet acte consiste à appliquer une "force" à une représentation du monde. Que l'on dise "Jean viendra", "Est-ce que Jean viendra?" ou "Que Jean vienne!", dans les trois cas on envisage le même "fait", la venue future de Jean, et on lui applique trois forces différentes, d'assertion, d'interrogation et d'ordre. Sous les variantes grammaticale et philosophique, on a finalement affaire à la même conception, systématisée par Descartes, selon laquelle la pensée s'analyse comme une décision de la volonté (élément subjectif) à propos d'idées, objectives, conçues par l'entendement.

Deux motivations totalement différentes peuvent amener un linguiste à adhérer à cette conception. On peut, c'est ce que fait le linguiste logicisant, lui être reconnaissant de maintenir une part descriptive, qui cohabite, autonome, avec la part modale. Et l'on peut même, selon une pente naturelle à la cohabitation, espérer arriver, par quelque artifice, à réduire le modal à du descriptif: on passe alors de l'attitude logicisante au logicisme. Mais l'on peut aussi avoir une raison inverse de s'intéresser aux différentes formes de la distinction *modus-dictum*. On peut en retenir qu'elle introduit dans la signification une part non-descriptive, qui résiste à la caractérisation en termes de vérité: un énoncé peut donc signifier autrement qu'en prétendant informer sur ce qui est, autrement qu'en prétendant dire le vrai ou le faux sur la réalité. La conception descriptiviste de la signification, loin de permettre une vue scientifique globale de l'activité langagière, serait alors seulement une des images que celle-ci élabore pour se penser elle-même.

Pour un pragmaticien, c'est évidemment cette deuxième motivation qui rend attirantes les théories du *modus* ou de la force. Mais elle conduit du même coup à dépasser ces théories, et à

contester la bipartition traditionnelle du subjectif et de l'objectif. Est-il légitime de maintenir dans le sens de l'énoncé une part descriptive bien délimitée? En fait une réponse positive apparaît peu tenable dès qu'on essaye de l'appliquer aux phrases dont se compose notre discours quotidien. Dire de quelqu'un qu'il est *gentil*, d'un film qu'il est *intéressant*, ou d'une réunion qu'elle a été *agréable*, est-ce vraiment ajouter un *modus* assertif à une proposition susceptible de vérité ou de fausseté? Pour le soutenir, il faudrait pouvoir déterminer les conditions auxquelles un homme, un film, une réunion doivent satisfaire pour qu'on puisse leur appliquer de façon véridique l'un de ces adjectifs. Or on voit mal comment déterminer ces conditions.

De même, comment séparer, dans un impératif "Sois sage", un contenu descriptif "tu seras sage" et une force d'ordre ou de conseil portant sur ce contenu? En employant cet énoncé, on ne demande pas à quelqu'un de satisfaire les conditions qui rendent vraie l'application de l'adjectif *sage*. En réalité, on lui demande de faire ou de ne pas faire quelque chose, et on s'appuie sur l'argument que faire ou ne pas faire cette chose est sage. L'adjectif *sage* ne sert pas ici à construire une proposition, prise ensuite comme l'objet d'une injonction: il sert à justifier un ordre. Il faudrait donc, pour décrire ce mot, lui attribuer un caractère qui explique *directement* qu'il puisse avoir ce type de fonction. Au lieu de se demander ce que quelqu'un doit être pour être véridiquement qualifiable de sage, question dont on voit mal comment y répondre, il serait plus réaliste de caractériser l'adjectif par le mode d'action langagière (par exemple le type de justification) dont il peut être le moyen. Ce qui devrait amener— et commence à amener— une transformation complète de l'article de dictionnaire: il ne s'agit plus de trouver les traits pertinents d'un concept, mais de montrer à quel type de discours conduit l'emploi d'un mot. Certes la sagesse peut par ailleurs être vue comme une sorte de propriété, voire comme un trait de caractère (indéfinissable), de sorte que l'énoncé "Jean est sage" est souvent compris comme assertant qu'un certain objet possède une certaine propriété. Mais pourquoi considérer cette "lecture" (dont tout le monde sent le caractère illusoire) comme la description du sens linguistique profond? Pourquoi ne pas y voir une "relecture", qui appartient à un niveau sémantique second, dérivé, et qui constitue une sorte d'effet de sens permettant à la parole de se croire ancrée dans la réalité?

Reste à définir des concepts qui permettent de décrire le niveau sémantique premier, antérieur à la distinction du *modus* et



de la proposition. On se contentera ici d'en présenter rapidement deux, parmi bien d'autres possibles. La notion de *polyphonie* vise à substituer à l'analyse sémantique "horizontale", typique de la théorie du *modus* ou des "actes de langages", une analyse "verticale". L'idée de base est que le sens d'un énoncé est constitué par la superposition de plusieurs discours élémentaires, dont les responsables prétendus, parfois appelés "énonciateurs", peuvent être différents du responsable que l'énoncé s'attribue à lui-même, et qu'on appelle "locuteur". Autrement dit, sous la phrase la plus simple il peut y avoir une sorte de dialogue imaginaire. Ce qui d'ailleurs ne fait que systématiser, en la transportant dans la synchronie, une façon de voir à laquelle la tradition philologique a eu quelquefois recours pour l'explication diachronique. Lorsqu'elle dit que *car* vient de l'interrogatif latin *Quare?* ("pourquoi?"), elle place sous le monologue apparent "Jean s'est arrêté car il était fatigué", un dialogue "Jean s'est arrêté car il était fatigué", un dialogue "Jean s'est arrêté. – Pourquoi? – Il était fatigué." En généralisant cette idée, on dira que la structure grammaticale d'une phrase indique seulement, sous une forme très abstraite, le scénario schématisé d'un dialogue, le nombre d'énonciateurs qui y interviennent, ainsi que les grandes lignes du rôle qu'ils auront à tenir. Et l'interprétation d'une occurrence particulière de cette phrase consiste à "étoffer" ce canevas d'après certaines données empruntées au contexte, en assimilant les énonciateurs à des êtres déterminés, et précisant le contenu spécifique de leur intervention.

On voit l'idée sous-jacente à la métaphore des deux analyses, horizontale et verticale. Dans l'analyse horizontale (en *modus* et *dictum* ou encore en force et contenu), les éléments distingués ne sauraient être l'objet, chacun pris à part, d'une prise en charge énonciative: seul le résultat de leur combinaison peut être pris en charge. Au contraire l'analyse verticale attribuée à chacun des composants une autonomie énonciative: il constitue la signification d'un discours possible. C'est ce que voudrait suggérer la comparaison avec la polyphonie musicale: des voix différentes se font entendre simultanément dans l'énoncé. Dans cette perspective, la valeur informative de l'énoncé ne peut être, au mieux, qu'un phénomène dérivé. Au niveau le plus profond, en effet, le sens de l'énoncé se réduit à la superposition des voix des différents énonciateurs – superposition qui, dans certains cas, peut même apparaître comme une confrontation (dans la négation, par exemple, où un énonciateur qui refuse répond à un énonciateur qui affirme). A ce niveau, on voit mal quel sens il y aurait à parler d'une fonction informative de l'énoncé, pas plus

que de sa vérité ou de sa fausseté: plus globalement, un dialogue n'a ni fonction informative, ni vérité ou fausseté.

Cependant la polyphonie, à elle seule, ne suffit pas encore à "désinformativiser" radicalement la sémantique. Elle n'empêche pas en effet d'imaginer que chacun des énonciateurs introduits à l'intérieur du sens des énoncés accomplisse un acte de parole, analysable à la manière de la philosophie du langage anglo-américaine – ce qui obligerait à rétablir, au niveau des énonciateurs, la séparation horizontale entre force et contenu.

Pour éviter cette interprétation, une issue possible est de définir l'énonciateur comme la source d'un point de vue, point de vue qui consiste à évoquer, à propos d'un état de choses, un principe argumentatif que l'on peut, en reprenant le terme d'Aristote, appeler *topos*. C'est ce *topos*, censé être commun à la collectivité où le discours est tenu, qui permet de tirer argument de l'état de choses pour justifier telle ou telle conclusion. En disant "Ce film est intéressant", un sujet parlant met en scène un énonciateur (auquel généralement, mais pas nécessairement, il s'identifie), qui applique au film en question un *topos* du type général "Plus une oeuvre est intéressante, plus (ou moins)..." (chaque remplissage particulier des pointillés correspond à un *topos* particulier, parmi l'ensemble des *topoi* fondés sur le caractère intéressant des oeuvres d'art). Et, pour interpréter l'énoncé, on choisit l'un d'entre eux, censé correspondre à l'idéologie et aux intentions argumentatives du sujet parlant. Le "stock" de *topoi* actuellement disponibles dans notre collectivité permet par exemple d'enchaîner, après "Ce film est intéressant", sur des conclusions comme "Va le voir!" ou "C'est triste qu'on ne le donne plus."; il faudrait au contraire introduire par un *mais*, ou un mot de même type, des suites comme "Ne va pas le voir!" ou "Heureusement qu'on ne le donne plus!"

De même, en disant "Jean a peu travaillé", on met en scène au moins un énonciateur, auquel le sujet parlant est d'habitude identifié, qui s'appuie sur un *topos* "Moins on travaille,..." , et c'est une argumentation fondée sur ce *topos* qui commande l'enchaînement discursif effectué ou envisagé à partir de l'énoncé en question. D'une façon générale, une expression du type "peu P", où P représente un prédicat quelconque, sert à évoquer, à propos d'un certain fait, une argumentation fondée sur un *topos* "Moins quelque chose est P,..." . Et c'est un *topos* inverse, "Plus quelque chose est P,..." , qui dirige les argumentations faites à partir de "un peu P" (bien que les deux expressions, si on admet qu'elles informent de quelque chose, informent à peu près de la



même chose). Les *topoi* actuellement acceptés dans notre société (ou, en tout cas, avoués) permettent de conclure, après avoir dit que Jean a *peu* travaillé, qu'il n'a guère de mérite ou de chances de réussite – alors que les conclusions inverses devraient être, ou introduites par *mais*, ou tirées de *un peu*.

Dans cette perspective, la description d'une phrase (en entendant par "phrase", non pas l'occurrence particulière de mots dans un discours déterminé, mais la structure abstraite, qui relève de la langue) indique d'une part – c'est l'aspect polyphonique – les grandes lignes du scénario selon lequel les énonciateurs devront être mis en scène à chacun de ses énoncés particuliers, et d'autre part – c'est l'aspect argumentatif – spécifie le type général de *topoi* que les énonciateurs ont à leur disposition. Il s'agit, parmi les *topoi* liés aux prédicats présentés dans la phrase (aux prédicats *travailler*, *intéressant*, de nos exemples précédents – prédicats que l'on décrira sémantiquement comme des "paquets" de *topoi*), de ceux qui obéissent aux conditions imposées par les opérérateurs (en entendant par là des mots analogues à *peu* ou *un peu*).

Avec la notion de *topos*, en entrevoit la possibilité d'une sémantique enfin débarrassée des conditions de vérité. Chacun des points de vue dont la confrontation constitue le sens de l'énoncé, consiste à situer argumentativement le référent (l'état de choses dont on parle), en le comparant à d'autres états de choses éventuels, à l'intérieur d'une échelle déterminée par un *topos*; ils correspondent à une sorte d'appréhension argumentative des choses, où celles-ci sont saisies en tant seulement qu'elles sont censées motiver un enchaînement discursif. On ne peut plus alors séparer, à la manière des cartésiens, l'idée qui représente de la volonté qui prend parti: le monde apparaît, dans l'énoncé, à travers l'exploitation discursive dont il est l'objet.

Une telle conception, fondamentalement pragmatique, de la sémantique pose évidemment un redoutable problème épistémologique, que l'on se contentera, ici, de signaler. Quelle place donner en linguistique, si l'on accepte l'analyse de la langue et du discours qui vient d'être suggérée, à la recherche de la vérité? Si les phrases de la langue sont telles que leurs énoncés ne peuvent pas véhiculer des propositions susceptibles d'être vraies ou fausses, comment arriver, en les utilisant (ce qu'on est bien obligé de faire dans la plupart des sciences, et ce qu'on fait d'habitude en linguistique), à formuler des thèses qui puissent avoir, elles, une prétention raisonnable à la vérité? Une théorie argumentative et polyphonique de la langue ne s'interdit-elle pas à elle-même l'ambition de constituer une connaissance?

Une solution à ce problème (si on croit nécessaire de le résoudre et qu'on ne se contente pas de chercher à le vivre consciemment) reposerait sur l'idée que l'utilisation du langage, comme il a été dit dès le début de cette présentation, est radicalement sous-déterminée par la structure de base des phrases. Celle-ci rend possible, elle appelle même, des interprétations dans lesquelles interviennent les croyances, les décisions, l'idéologie, le travail des sujets parlants. Notamment des interprétations factuelles, descriptives, apparaissent spontanément, comme une sorte de mirage nécessaire, dès l'usage quotidien de la parole. Le propre d'une utilisation scientifique de la langue serait alors de construire et de spécifier un mode d'interprétation de la langue qui rende celle-ci capable d'évoquer des propositions susceptibles de vérité ou de fausseté, et entre autres – c'est le point qui intéresse un linguiste –, des propositions sur le langage. Encore faut-il, pour le faire sans reprendre à son compte le "mirage" quotidien d'une langue immédiatement représentative des choses, être conscient que ces propositions ne se trouvent pas derrière les mots comme le signifié derrière le signifiant. Et la linguistique serait bien mauvaise conseillère si elle fortifiait l'idée naïve que le simple fait de manier une langue rend capable *ipso facto* de concevoir des propositions et d'entrer ainsi dans l'alternative du vrai et du faux. Il est à craindre que la vérité, et tout autant la fausseté, ne soient d'un accès plus coûteux.